



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA

**EDITAL**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO N. ° 001/2022**  
**ABERTURA DE PRAZO PARA CREDENCIAMENTO**

O Município de Porto da Folha torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** nos termos e condições deste Edital, com o objetivo de **HABILITAR INTERESSADOS** dentro dos padrões de qualidade e parâmetros de necessidade da população para os prestadores privados com ou sem fins lucrativos conforme O § 1º do art. 24 da lei 8.080, deve-se priorizar as entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, visando à seleção para possível contratação de empresa especializada para a realização de Exames Laboratoriais, Radiográficos e Eletrocardiográficos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste erário público, (especificados no Anexo I). Para ser admitido ao presente chamamento, na condição de participante, deverá o interessado protocolar e entregar à Comissão Especial para o Chamamento Público, na Prefeitura Municipal de Porto da Folha, situada na Praça: Padre Manoel de Oliveira, 851, Centro, Porto da Folha, Sergipe, até o dia **12 de dezembro de 2022**, sendo o prazo final às **09h00min**, os documentos a que se refere o item 2 do Edital, conforme portaria nº 036/2021;

**1. DO OBJETO:**

O objeto do presente Edital é o chamamento de pessoas jurídicas para **ABERTURA DE PRAZO PARA CREDENCIAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, RADIOGRÁFICOS E ELETROCARDIOGRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE ERÁRIO PÚBLICO**, interessadas em habilitar-se para possível contratação dos seus serviços, que serão prestados aos usuários do SUS em Porto da Folha – SE, nas especialidades constantes da Tabela de Procedimentos e OPM do SUS, **nas áreas de diagnóstico em: análises clínicas, exame citopatológico cérvico-vaginal/microflora**, editadas pelo Ministério da Saúde (MS) e publicadas no diário oficial do Município, TCE (Tribunal de Contas do Estado) e jornal de grande circulação definidas neste edital. Só serão contratados os prestadores de serviços que realizarem **todos os procedimentos relacionados**, de acordo com o **ANEXO I**.

O Chamamento Público será realizado em duas FASES, sendo a primeira de exame da documentação exigida e a segunda de vistoria e avaliação das condições de atendimentos, a ser efetuada nos estabelecimentos habilitados na 1ª FASE, nos termos constantes neste edital (**ANEXO II**).

**2. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

2.1 – Os interessados em participar do presente Credenciamento, deverão apresentar no período mencionado no preâmbulo deste Edital, 02 (dois) envelopes fechados contendo em sua parte externa e frontal as seguintes indicações:



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ENVELOPE nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA /SE  
CHAMAMENTO PÚBLICO N. ° 001/2022 - ABERTURA DE PRAZO PARA  
CREDENCIAMENTO: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_**

**1ª FASE - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR:**

Os concorrentes interessados em participar do referido chamamento deverão se apresentar para a habilitação preliminar, **até dia 12 de dezembro de 2022 às 09h00min**, no endereço citado no preâmbulo, na sala da Comissão Especial de Licitação para o Chamamento (CELC), localizada nas dependências da Prefeitura Municipal de Porto da Folha, com os documentos abaixo listados, apresentados em envelopes fechados, endereçados à CELC, devendo permanecer no local até a abertura dos envelopes, análise da documentação e assinatura de todos os participantes da Ata de Julgamento:

2.2 Demonstrações financeiras na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações. Para as sociedades acionárias, obrigatoriamente aquelas demonstrações publicadas na forma da Lei. Para as sociedades limitadas, por documento firmado pelos representantes legais e por profissional habilitado;

2.3 Declaração firmada por representantes legais, com poderes para tanto, de que não está em curso procedimentos de execução que poderão acarretar futura constrição judicial e responsabilidade patrimonial relevante, assim considerada aquela que ocasionar condenação ao pagamento de importância superior a um décimo do capital social, e também que não foi contratada operação financeira que implique em endividamento nas mesmas proporções (ANEXO V).

2.4 Certidões negativas de protestos nos últimos 02 (dois) anos, de pedidos de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da apresentação.

2.5 Todos os documentos exigidos deverão ter sido expedidos por autoridades ou órgão competente do local da sede ou do estabelecimento principal, caso seja diferente da sede, ou ainda do domicílio do proponente no caso de firma individual, podendo ser apresentados no original, em cópia autenticada, em publicação na imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas pelo original, as quais serão conferidos e autenticados, no ato, pela CELC.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

## **2.5 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

2.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

2.5.2 Prova da inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e licença sanitária atualizada (Vigilância Sanitária Municipal), de acordo com a especialidade e especificidade do serviço a ser credenciado.

2.5.3 Certidões de regularidade de situação quanto aos encargos federais (Receita Federal e Dívida Ativa da União, e previdência), estaduais e municipais, do domicílio ou sede do proponente;

2.5.4 Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), fornecido pela Caixa Econômica Federal (**CEF**), de acordo com o art. 27, "a", da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990, ou se for o caso, apresentar declaração na forma do anexo.

2.5.5 CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.

2.6.1 A Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade será efetuada mediante Certidão expedida pela Junta Comercial, fora dos envelopes, conforme Art. 8º, Instrução Normativa 103, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30 de abril de 2007.

2.6.2 A não entrega da Certidão descrita acima indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006.

2.7 Todos os documentos exigidos deverão ter sido expedidos por autoridades ou órgão competente do local da sede ou do estabelecimento principal, caso seja diferente da sede, ou ainda do domicílio do proponente no caso de firma individual, podendo ser apresentados no original, em cópia autenticada, em publicação na imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas pelo original, as quais serão conferidos e autenticados, no ato, pela CELC.

## **2.8 . HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

2.8.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações posteriores, nos casos de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivados no Registro do Comércio, em se tratando de sociedades comerciais e, nos casos de sociedades por ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

2.8.2 Registro do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;

2.8.3 Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

## **2.9. OUTROS ELEMENTOS**

2.9.1 Declaração devidamente lavrada pelos sócios e diretores asseverando que não estão impedidos de transacionar com a Administração Pública e qualquer de seus órgãos descentralizados e que não estão ocupando cargo, emprego ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no SUS nos termos do § 4º do Art. 26 da Lei 8080/90 e que não sejam servidores públicos ou agentes políticos, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;

2.9.2 A proponente deverá também juntar declaração (**ANEXO III**) de que se obriga a manter, após o início do contrato, as condições da proposta.

2.9.3 Comprovação de que o proponente tem no seu objeto ou objetivo social atividade que permita a execução de serviços de saúde;

2.9.4 Compromisso formal (**ANEXO IV**), de manter durante a vigência do contrato escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária arquivadas em separado, para efeito de inspeções rotineiras efetuadas pelos órgãos competentes.

## **2.10. Relativos à Capacidade Técnica e Operacional:**

2.10.1 Relação da Equipe médica e técnica com descrição da capacidade profissional, número de inscrição no conselho competente, qualificação dos responsáveis pelos serviços especializados, com título de especialista pela sociedade respectiva, residência reconhecida pelo Ministério de Educação, juntando-se documentação comprobatória;

2.10.2 Todos os documentos exigidos deverão ter sido expedidos por autoridades ou órgão competente do local da sede ou do estabelecimento principal, caso seja diferente da sede, ou ainda do domicílio do proponente no caso de firma individual, podendo ser apresentados no original, em cópia autenticada, em publicação na imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas pelo original, as quais serão conferidos e autenticados, no ato, pela CELC.

2.10.3 Certificado de registro da empresa nos conselhos de classe, no Estado de Sergipe, devidamente atualizados;

2.10.4 Atestado de experiência de execução de serviço de saúde nas modalidades que ofertar para contratação, emitido por órgão da Administração Pública ou Privada, onde conste o serviço envolvido;

2.10.5 Documento que comprove que a proponente têm no seu quadro permanente, na data da entrega da documentação, profissionais contratados com experiência no exercício da função;



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

2.10.6 Para o atendimento da exigência, no item anterior, o proponente deverá juntar cópia da carteira ou contrato de trabalho dos profissionais contratados, demonstrando a existência do vínculo entre eles e o proponente.

2.10.7 Apresentação do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) do estabelecimento prestador de serviços.

2.10.8 As declarações, procurações e compromissos a serem firmados pelo proponente deverão ser apresentados no original, com firma reconhecida do signatário.

2.10.9 A CELC e equipe por ela designada poderá analisar as documentações apresentadas pelas empresas no mesmo dia ou posteriormente a documentação apresentada pela empresa.

### **3. – DOS RECURSOS:**

3.1 As empresas inabilitadas poderão interpor recurso até o 05 (cinco) dias úteis, das 08h00min às 13h00min, a ser apresentado em duas vias de igual teor e entregue à CELC no mesmo endereço constante no preâmbulo.

3.2 O recurso será dirigido à Presidência da CELC, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la devendo o resultado ser publicado no prazo de (05) cinco dias úteis no átrio da SMS.

3.3 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado; assim, havendo interesse em apresentar recurso, a parte interessada deverá solicitar expressamente as cópias dos documentos que entender necessárias ficando a CELC obrigada a fornecê-las imediatamente.

### **4. 2ª FASE: DA AVALIAÇÃO**

4.1 As pessoas jurídicas, prestadoras de serviços de saúde com ou sem fins lucrativos, independentemente do local onde estejam sediadas, deverão comprovar a existência de estrutura física **instaladas na sede do Município de Porto da Folha (fazendo coleta também na UPA), nas áreas de diagnóstico em: análises clínicas** aptas a prestar os serviços de saúde aos usuários do SUS.

4.2 O endereço em que os serviços serão prestados, nos termos do parágrafo anterior, deverá ser entregue à CELC impreterivelmente no ato da entrega da documentação da habilitação (1ª fase), sob pena de desclassificação imediata. A CELC designará equipes que efetuarão vistorias nas empresas que restarem habilitadas na fase anterior. Para tal fim, serão realizadas vistorias no local indicado pelas prestadoras.

4.3 A vistoria será realizada no período de 10 (dez) dias após entrega da documentação, em horário comercial, desde que não haja recurso interposto, senão a vistoria será realizada, no dia útil seguinte. Desde que os credenciados abram mão do prazo de recurso. Nessa vistoria será aplicado um questionário de avaliação das instalações e dos serviços, mediante a planilha onde serão atribuídos pontos para cada um dos itens examinados.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

4.4 Serão consideradas habilitadas nesta fase as empresas que obtiverem **pontuação igual ou superior a 30% (trinta por cento) dos pontos possíveis**. A comissão examinadora fará publicar na imprensa oficial a relação de empresas que obtiveram a pontuação exigida.

4.5 O resultado da vistoria será publicado em até 4 (quatro) dias após a vistoria no quadro de avisos da PMPF/SMS.

4.6 Aplica-se a esta fase os mesmos procedimentos relativos aos recursos descritos na fase anterior.

## **5 – DOS RECURSOS DA 2ª FASE:**

5.1 As empresas desclassificadas poderão interpor recurso até 05 (cinco) dias úteis, das 08h00min às 13h00min, a ser apresentado em duas vias de igual teor e entregue à CELC, no mesmo endereço constante no preâmbulo.

5.2 O recurso será dirigido à Presidência da CELC, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la devendo o resultado final ser publicado no quadro de avisos da SMS.

5.3 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado, assim, havendo interesse em apresentar recurso, a parte interessada deverá solicitar expressamente as cópias dos documentos que entender necessárias ficando a CELC obrigada a fornecê-las imediatamente.

## **6. DA COMPRA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE:**

6.1 De acordo com o art. 199 da Constituição Federal e o art. 24 da Lei 8.080/90 terão prioridade na compra os prestadores públicos de serviços de saúde, seguidos pelas entidades filantrópicas e, complementarmente, os serviços privados com fins lucrativos.

6.2 Os serviços de saúde serão distribuídos por nível de complexidade, de forma descentralizada, contemplando as unidades que compõem a rede municipal do SUS.

6.2.1 A compra de serviços ambulatoriais de saúde no Município deverá atender às especificações e condições especiais, cujos procedimentos fazem parte do **ANEXO I**:

## **7. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.1 A SMS de Porto da Folha pagará mensalmente, quando do recebimento do repasse dos recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o Fundo Municipal de Saúde (FMS), ao prestador de serviços de saúde, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, em vigor, editada pelo MS.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

7.2 As despesas decorrentes das contratações previstas neste edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do FMS:

Unidade: 9009 - Fundo Municipal de Saúde

Conta: 10.302.0007.2039 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL – UPA  
Atividade: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoas Jurídicas.  
Fonte: 15001002, 16000000.

Conta: 10.302.0007.2093 – PROGRAMA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
Atividade: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoas Jurídicas.  
Fonte: 15001002, 16000000.

7.3 Os valores estipulados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS serão revistos, na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MS, garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 26 da Lei n. ° 8.080/90 e nos termos da Lei n. ° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **8 – DO PRAZO:**

8.1 O prazo de validade do presente Edital de Chamamento Público será de acordo com o prazo publicado no Chamamento público 001/2022.

## **9– DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

9.1 Poderão participar do SUS/Porto da Folha as pessoas jurídicas: filantrópicas e, de forma complementar, as entidades privadas lucrativas, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS e do direito administrativo e que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e seus anexos, e em especial as seguintes:

9.1.1 Não incorrer em qualquer das condições impeditivas discriminadas abaixo:

- a) Os interessados que se encontrarem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Estar impedido de contratar com a administração pública e qualquer de seus órgãos descentralizados, especialmente nos casos de: sócios e diretores que ocupem cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no SUS, nos termos do § 4º do Art. 26 da Lei 8080/90; sócios e diretores que sejam servidores municipais ou agentes políticos, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei.
- c) Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

9.2 Serão considerados inabilitados no presente chamamento, os proponentes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos obrigatórios exigidos no presente edital.





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

**10. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:**

10.1 Os interessados deverão entregar no local, data e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a documentação de habilitação, e a documentação de qualificação técnica e oferta de serviços (listados e numerados para conferência de recebimento) em ofício, dirigido ao dos Membros da CELC.

**11. DA CLASSIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONCESSÃO:**

11.1 O Município de Porto da Folha não se obriga a adjudicar todos os procedimentos ofertados pelos proponentes habilitados. Reserva-se o direito de adjudicar os procedimentos necessários e na quantidade adequada à demanda estimada de acordo com parâmetros empregados pelo MS. Esgotada essa fase, o processo será remetido a Secretária Municipal de Saúde que, concordando com a classificação, homologará seu resultado e adjudicará o objeto do chamamento.

11.2 A contratação decorrente de Chamamento Público deve ser processada através de um processo de inexigibilidade de licitação elaborada pela Comissão de Licitação com fundamento no caput, do art. 25, da lei 8.666/93.

**12. DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE:**

12.1 Obriga-se a atender todos os encaminhamentos para os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico feitos pela Central de Regulação da SMS/Porto da Folha.

12.2 Atender o paciente do SUS com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

12.3 Afixar aviso fornecido pela SMS de Porto da Folha, em locais visíveis escolhidos pela Secretaria, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição ou qualquer outro de interesse da SMS.

12.4 Esclarecer ao paciente do SUS sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

12.5 Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência;

12.6 Responsabilizarem-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

12.7 Responsabilizarem-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao SUS ou ao paciente deste;

12.8 Apresentar ao SUS, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

12.9 São ainda obrigações dos prestadores de serviços de saúde para, perante o SUS/Porto da Folha

I - manter registro atualizado no CNES;

II - submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS);

III - submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

IV - obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado onde conste, também, a inscrição “Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais”;

V - obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;

VI - manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VII - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;

VIII - cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH).

12.10 Consolidar e enviar a SMS de Porto da Folha a produção e sua respectiva documentação até o dia 5 (**cinco**) do mês subsequente.

**12.11 Declaração Relativa à Trabalho De Menores:**

12.11.1. Declaração firmada pela Licitante, nos termos do modelo – **Anexo VI** deste Edital, expressando que não possui menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**13. DAS PENALIDADES:**

13.1 As entidades privadas lucrativas contratadas pelo município, seja por qualquer forma de ajuste, estarão sujeitas, garantida o contraditório e a ampla defesa, a aplicação, em cada caso, das sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com o disposto no parágrafo segundo do artigo 7º, da Portaria n.º 3.277/2006, do MS.

a) advertência escrita;

b) multa dia de até 1/30 do valor mensal do contrato;

c) suspensão temporária dos encaminhamentos de usuários às internações, procedimentos ou consultas;

d) suspensão temporária de contratar com a Administração Pública Municipal;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

e) declaração de inidoneidade  
f) rescisão do contrato;

13.1.1 A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, através de auditoria assistencial ou inspeção, e dela será notificado o (a) CONTRATADO(A);

13.1.2 O valor da multa ou multa dia será descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE ao (a) CONTRATADO (A);

13.1.3 A penalidade de rescisão poderá ser aplicada independente da ordem das sanções previstas neste item. A reincidência do (a) CONTRATADO (A) em quaisquer irregularidades tornará o Contrato passível de rescisão;

13.1.4 Da decisão do CONTRATANTE de rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação do ato;

13.1.5 Sobre o pedido de reconsideração, formulado nos termos do item anterior, o CONTRATANTE deverá manifestar-se no prazo de lei, podendo atribuir-lhe eficácia suspensiva;

13.1.6 A imposição de quaisquer das sanções estipuladas neste item, não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos, que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.

13.2 Nos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios, a SMS/Porto da Folha através de seu órgão técnico, levantará o valor pecuniário pago à maior ou indevidamente, emitindo documento hábil que possibilitará o ressarcimento da quantia apurada, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.3 As penalidades previstas neste edital serão aplicadas, após processo regular e dependerá da gravidade do fato que os motivar, considerando à avaliação e circunstância objetivas em que ele ocorreu.

#### **14.DAS OBRIGAÇÕES DA SMS DE PORTO DA FOLHA:**

14.1 Pagar, até 15 (quinze) dias após o recebimento do repasse financeiro da competência do serviço prestado e processamento junto ao SIA/SUS, as faturas apresentadas pela entidade prestadora de serviços de saúde, desde que atestados pelo setor competente.

14.2 O não cumprimento pelo MS da obrigação assumida de Interveniante-Pagador dos valores constantes deste edital, não transfere para a SMS/Porto da Folha a obrigação de pagar os serviços ora acordados, conveniados ou contratados, os quais são de responsabilidade do MS para todos os efeitos legais, conforme Portaria Ministerial nº 1.286, de 26/10/93.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

14.3 A SMS/Porto da Folha responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando o MS exonerado do pagamento de eventual excesso.

14.4 Fazer os encaminhamentos dos usuários do SUS/Porto da Folha

14.5 Periodicamente vistoriar as instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato;

14.6 Credenciar, mediante documento hábil, servidor para supervisionar, fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde.

14.7 A SMS compromete-se a cada renovação contratual, decorrido o prazo de 12 (doze), proceder a reavaliação da capacidade técnica operacional das empresas;

14.8 Outras obrigações que poderão ser fixadas no contrato.

## **15- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1 Fica assegurado à SMS/Porto da Folha o direito de proceder a exames e outras diligências, a qualquer tempo, na extensão necessária a fim de esclarecer possíveis dúvidas a respeito de quaisquer dos elementos apresentados no Chamamento.

15.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será observado o seguinte:

a) Excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento;

b) Não serão considerados sábados, domingos, feriados e nem os dias em que não houver expediente na área administrativa da Prefeitura Municipal de Porto da Folha.

15.3 O Município de Porto da Folha poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente Chamamento, sem que disso decorra qualquer direito de indenização ou ressarcimento para os proponentes, seja de que natureza for.

15.4 O Município de Porto da Folha poderá, ainda, a qualquer tempo, antes de firmar o contrato, desclassificar a proposta ou desqualificar proponente sem que a esta caiba o direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a comprovar a existência de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou, ainda, que reduza sua capacidade de prestação de serviço.

15.5 Os proponentes responderão pela veracidade dos dados e declarações por eles fornecidos, sob as penas da Lei.

15.6 A participação no presente Chamamento implica o conhecimento e submissão a todas as cláusulas e condições deste Edital, bem como de seus anexos.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

15.7 São peças integrantes do presente Chamamento os Anexos dos números I a VI.

15.8 O prazo para impugnação do edital será até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento da Habilitação, devendo ser apresentado formalmente por escrito endereçado ao presidente da CELC.

**16- DA VALIDADE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**O prazo de validade do presente Edital de Chamamento Público será de acordo com o prazo publicado no Chamamento público 001/2022.**

Porto da Folha/SE, 17 de Novembro de 2022.

---

**EMANUELA MARTINS ARAGÃO DE OLIVEIRA**  
**CPF nº 002.346.255-89**



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA

## Anexo I

### PROGRAMAÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE POR REFERÊNCIA POR GRUPOS DE PROCEDIMENTOS

ITEM	PROCEDIMENTOS/EXAMES	QNT	V. UNT	V. GLOBAL
01	ACIDO ÚRICO	700	1,85	1.295,00
02	AMILASE	100	2,25	225,00
03	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA- EAS (SUMÁRIO DE URINA)	4000	3,70	14.800,00
04	ANTIBIOGRAMA (TSA (TESTE DE SENSIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS)	1000	4,98	4.980,00
05	CLEARANCE DE CREATININA	200	3,51	702,00
06	COGULOGRAMA	400	8,19	3.276,00
07	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO + TSA (UROCULTURA +TSA)	1200	10,60	12.720,00
08	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	500	2,73	1.365,00
09	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO+ PESQUISA DE FATOR RH (TIPAGEM SANGUÍNEA)	900	2,74	2.466,00
10	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	200	15,24	3.048,00
11	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	800	16,42	13.136,00
12	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	1000	2,01	2.010,00
13	DOSAGEM DE CALCIO	600	1,85	1.110,00
14	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3200	3,51	11.232,00
15	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3200	3,51	11.232,00
16	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	3500	1,85	6.475,00
17	DOSAGEM DE CREATININA	3000	1,85	5.550,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

18	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	100	3,68	368,00
19	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB (CKMB)	300	4,12	1.236,00
20	DOSAGEM DE FERRITINA	400	15,59	6.236,00
21	DOSAGEM DE FERRO SERICO	400	3,51	1.404,00
22	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	250	2,01	502,50
23	DOSAGEM DE FOSFORO	200	1,85	370,00
24	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	1400	3,51	4.914,00
25	DOSAGEM DE GLICOSE	4200	1,85	7.770,00
26	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	150	7,85	1.177,50
27	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	700	7,86	5.502,00
28	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	300	7,89	2.367,00
29	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	220	8,97	1.973,40
30	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	2500	8,96	22.400,00
31	DOSAGEM DE LIPASE	100	2,25	225,00
32	DOSAGEM DE MAGNESIO	100	2,01	201,00
33	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	250	8,12	2.030,00
34	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	100	2,01	201,00
35	DOSAGEM DE POTASSIO	500	1,85	925,00
36	DOSAGEM DE PROGESTERONA	200	10,22	2.044,00
37	DOSAGEM DE PROLACTINA	200	10,15	2.030,00
38	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	800	2,83	2.264,00
39	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS) (PROTEINURIA)	100	2,04	204,00
40	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	100	1,85	185,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

41	DOSAGEM DE SODIO	500	1,85	925,00
42	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	200	10,43	2.086,00
43	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4LIVRE)	2200	11,60	25.520,00
44	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	3000	2,01	6.030,00
45	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	3000	2,01	6.030,00
46	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3300	3,51	11.583,00
47	DOSAGEM DE UREIA	4000	1,85	7.400,00
48	DOSAGEM DE VITAMINA B12	100	15,24	1.524,00
49	ELETROCARDIOGRAMA	2.000	5,15	10.300,00
50	HEMOGRAMA COMPLETO	4200	4,11	17.262,00
51	LIPIDOGRAMA	1000	12,38	12.380,00
52	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	600	2,83	1.698,00
53	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	1400	10,00	14.000,00
54	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO (FAN)	300	17,16	5.148,00
55	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	400	18,55	7.420,00
56	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	750	18,55	13.912,50
57	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	350	11,00	3.850,00
58	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA (TOXOPLASMOSE IGG)	450	16,97	7.636,50
59	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG)	400	18,55	7.420,00
60	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	400	17,16	6.864,00
61	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	350	11,61	4.063,50





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

62	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA (TOXOPLASMOSE IGM)	450	18,55	8.347,50
63	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	400	17,16	6.864,00
64	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	750	18,55	13.912,50
65	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS (1ª amostra)	1200	1,65	1.980,00
66	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS (2ª amostra)	1200	1,65	1.980,00
67	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS (2ª amostra)	1200	1,65	1.980,00
68	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	100	1,65	165,00
69	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	400	1,89	756,00
70	RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	200	6,42	1.284,00
71	RADIOGRAFIA DE BRAÇO	200	7,77	1.554,00
72	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	100	8,19	819,00
73	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	100	8,33	833,00
74	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	200	10,96	2.192,00
75	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	200	9,16	1.832,00
76	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	200	5,90	1.180,00
77	RADIOGRAFIA DE COXA	200	8,94	1.788,00
78	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	200	7,52	1.504,00
79	RADIOGRAFIA DE MÃO	200	6,30	1.260,00
80	RADIOGRAFIA DE PE/DEDOS DO PÉ	200	6,78	1.356,00
81	RADIOGRAFIA DE PERNA	200	8,94	1.788,00
82	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	100	7,32	732,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

83	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	400	9,50	3.800,00
84	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	200	6,88	1.376,00
85	T3 TOTAL (TRI-IODOTIRONINA)	500	8,71	4.355,00
86	T4 (DOSAGEM DE TIROXINA)	500	8,76	4.380,00
87	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	1500	2,83	4.245,00
88	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA- TIA (COOMBS INDIRETO)	60	2,73	163,80
****	VALOR TOTAL GLOBAL	*****	*****	407.630,70

---

CREUNICE DOS SANTOS VIEIRA SOARES  
Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA

ANEXO II

**ROTEIROS DE VISTORIA E AVALIAÇÃO A SER EFETUADA EM ESTABELECIMENTOS HABILITADOS**

**LABORATÓRIO CLÍNICO**

Responsável Técnico: \_\_\_\_\_

Conselho de Classe: \_\_\_\_\_ N° de Inscrição: \_\_\_\_\_

**SALA DE COLETA E RECEPÇÃO DE MATERIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	NÃO
1	Áreas internas e externas em boas condições físico-estruturais?			
1.1	Em boas condições de limpeza?			
2	Existe lavatório com toalha descartável e sabão líquido?			
3	Pessoal que trabalha na coleta está devidamente capacitado? (Técnico ou Auxiliar de laboratório)			
4	Pessoal está uniformizado, e em boas condições de higiene?			
5	Funcionários utilizam EPI's, de acordo com as atividades desenvolvidas? (Jaleco e luvas)			
6	Existem normas padrão escritas para coleta de material?			
6.1	Em local acessível?			
7	Existe local apropriado para coleta de material?			
7.1	Cadeira?			
7.2	Maca?			
7.3	Suporte para os braços?			
7.4	Existe local apropriado para coleta de secreções?			
8	Existe bancada, ou mesa auxiliar para acondicionamento do material utilizado na coleta?			
9	Utiliza material descartável?(Observar inscrição na ANVISA e prazo de validade)			
10	Material perfuro-cortante é descartado segundo as normas da ANVISA?			
10.1	Descarte do lixo infectante feito de acordo com a RDC 33			
11	As soluções fracionadas estão identificadas e com data de fracionamento?			
12	As amostras dos pacientes são corretamente e imediatamente identificadas?			
13	O sistema de identificação da amostra acompanha todas as fases do processo, até a emissão do laudo?			



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DA FOLHA**

14	O responsável pelo serviço faz a supervisão dos procedimentos realizados?			
14.1	E instrução permanente do pessoal envolvido durante todo o período?			
15	Os laudos incluem informações sobre os valores da faixa normal de resultados, conforme a técnica usada?			
16	A entrega dos resultados é feita em tempo hábil para utilização?			
<b>SETOR DE ESTERILIZAÇÃO E LAVAGEM DE MATERIAL</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NAO</b>	<b>NAO</b>
1	A localização permite um fluxo que atenda às normas da ANVISA?			
2	As instalações mantêm boas condições higiênico-sanitárias (pisos, balcões e paredes) de cor clara, lavável, de fácil higienização?)			
2.1	Em boas condições de higiene?			
3	Esgotos e encanamentos em bom estado de conservação?			
4	A ventilação é suficiente?			
5	A iluminação é suficiente e adequada?			
6	Os funcionários estão uniformizados?			
6.1	Os uniformes estão limpos e em boas condições?			
7	Os funcionários utilizam EPI's?			
7.1	Adequados à função?			
8	Existe local apropriado para descarte de material?			
9	Existe local adequado para lavagem do material?			
10	O lixo contaminado é acondicionado e descartado de acordo as normas técnicas da ANVISA?			



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO**  
**DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**AVALIAÇÃO GERAL**

**Estrutura Física (Concepção do projeto)**

A	Inadequada para a finalidade	0 ponto
B	Adaptada para a finalidade	3 pontos
C	Construída para a finalidade	5 pontos

**Manutenção (Estrutura Física)**

A	Ruim	0 ponto
B	Regular	3 pontos
C	Boa	5 pontos

**Equipamentos (Grau de Atualização dos Equipamentos)**

A	Equipamentos inadequados para as exigências técnicas atuais	0 ponto
B	Equipamentos com regular grau de atualização (3 anos)	3 pontos
C	Equipamentos de última geração ( 3 anos)	5 pontos

**Manutenção (de Equipamentos)**

A	Equipamentos sem Manutenção	0 ponto
B	Rotina de Manutenção Corretiva	3 pontos
C	Rotina de Manutenção Preventiva	5 pontos

---

**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO  
DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**Controle de Qualidade**

A	Não dispõe de programa de controle de qualidade	0 ponto
B	Realiza eventualmente controle de qualidade	3 pontos
C	Realiza sistematicamente controle de qualidade	5 pontos

**Em relação à Tabela Unificada de Procedimentos do SUS, o proponente ofertou para venda ao SUS/PORTO DA FOLHA:**

**Do Grupo - I**

A	Menos de 20 por cento dos exames	01 ponto
B	Mais de 20% e menos de 39% dos exames	02 pontos
C	Mais de 40% e menos de 59% dos exames	03 pontos
D	Mais de 60% e menos de 79% dos exames	04 pontos
E	80% ou mais dos exames previstos	05 pontos



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RELATÓRIO**

<b>Caracterização da vistoria</b>	
-----------------------------------	--

Inspeção	Inicial ( )
----------	-------------

Período		À	
---------	--	---	--

Data do relatório	
-------------------	--

<b>Pessoas Contatadas:</b>	
	(Nome/Função)

<b>Conclusão da vistoria</b>	
------------------------------	--

<b>Pontuação obtida:</b>
--------------------------

<b>Equipe:</b>
<b>Nome do Inspetor</b> _____ <b>Matrícula</b> _____ <b>Assinatura</b> _____





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO III**

**– DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS**

A proponente signatária declara que os recursos humanos [trabalhadores em saúde médicos, enfermeiros, bioquímicos, auxiliares de enfermagem, etc.], (materiais e equipamentos) necessários à prestação dos serviços deste Chamamento estarão à disposição no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato para início efetivo da prestação dos serviços. Declaramos para os fins previstos que manteremos em nosso quadro permanente o administrador contratado ou técnico que atenda às exigências deste Edital a partir da data de início efetivo da prestação dos serviços. Caso ocorra substituição, em caso de dispensa, ocorrerá notificação prévia á SMS de Porto da Folha.

Data, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, com firma reconhecida.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO IV**

**COMPROMISSO DE MANTER ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL  
E FISCAL**

A proponente signatária declara que durante toda a vigência da concessão será mantida no Município de Porto da Folha a escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, arquivados em separado, para efeito de inspeções rotineiras, efetuadas pelos órgãos competentes.

Data, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, com firma reconhecida.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO V**

**– DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Declaramos, para os fins previstos, que esta proponente não incorre em qualquer dos impedimentos previstos neste item, ou seja:

- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Não se encontra sob processo de falência ou concordata;
- Não está impedida de transacionar com a administração pública ou com qualquer das suas entidades de administração indireta;
- Não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- Não possui débitos com os órgãos da administração direta ou indireta do Município;

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa com firma reconhecida.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES DO CHAMAMENTO**

**PÚBLICO N. ° 001/2022 - ABERTURA DE PRAZO PARA CREDENCIAMENTO**

**DECLARAÇÃO**

**Ref.: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 - ABERTURA DE PRAZO PARA CREDENCIAMENTO**

A\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(ª) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (      ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.